

I. O Estado fiscal

- * 1. O triunfo do Estado fiscal**
 - * 1.1. A superação do “Estado patrimonial”
 - * 1.2. O colapso do “Estado empresarial
 - * 1.3. A falsa alternativa dum “Estado taxador”
 - * 1.4. A proliferação de contribuições especiais

- ✿ **2. O Estado fiscal social**
 - ✿ as finanças funcionais
 - ✿ o actual nível da fiscalidade
 - ✿ a utilização económico-social do direito fiscal

II. A preocupação ambiental no direito tributário

* 3. Alusão à tutela do ambiente

- * 3.1. O art. 66/1 da Constituição Portuguesa
- * 3.2. Um direito subjectivo?
- * 3.3. O art. 66/2 (política fiscal e protecção ambiental)

* 4. As vias para atender a essa preocupação

- * 4.1. A via directa de conformação de comportamentos (direito penal)
- * 4.2. A direcção dos comportamentos através do planeamento (direito administrativo)
- * 4.3. A via indirecta de conformação (através da actuação dos outros ramos de direito)
- * 4.4. A via fiscal: pagar ao poluidor p. não poluir / fazer pagar o poluidor p. poluir

III. Os limites da tutela ambiental pela via tributária

- ✿ **5. O direito económico tributário**
 - ✿ 5.1. A utilização pelo direito económico dos instrumentos tributários
 - ☆ tributos em vez de impostos
 - ☆ impostos, taxas e contribuições

* 5. O direito económico tributário (cont.)

* 5.2. A necessidade de harmonização dos princípios constitucionais dos dois ramos de direito

- uma legalidade fiscal atenuada
- a intervenção do princípio da proporcionalidade em sentido amplo

* 6. Os tributos e os benefícios fiscais ambientais

* 6.1. Os tributos ambientais

- o princípio do poluidor-pagador
- a reforma fiscal ambiental
- um novo 3º pilar dos sistemas fiscais
- avaliação de impacto ambiental dos tributos

✱ **6. Os tributos e os benefícios fiscais ambientais (cont.)**

✱ **6.2. Os benefícios fiscais ambientais**

- os benefícios fiscais em sentido estrito
- os incentivos fiscais
- alusão aos incentivos aos veículos eléctricos
- exclusão da tributação autónoma em IRC
- exclusão do ISV
- isenção do IUC
- o benefícios de € 5000 +1500 p/ veículo

III. Os tributos ambientais

- ✱ **7. Os verdadeiros e os falsos tributos ambientais**
 - ✱ 7.1. Os verdadeiros tributos ambientais
 - ✱ 7.2. Os falsos tributos ambientais

✿ **8. A natureza dos tributos ambientais**

✿ **8.1. Impostos ou taxas?**

✿ **8.2. Tributação directa ou tributação indirecta?**

- os verdadeiros tributos ambientais

- os falsos tributos ambientais

* 9. O critério dos tributos ambientais

* 9.1. O princípio da capacidade contributiva

- não se reconduz à capacidade de poluir
- atenuado ou substituído nos tributos ambientais

* 9.2. O princípio do poluidor-pagador

* **10. Os tributos ambientais no quadro do estado fiscal**

- * **10.1. A compreensão ambiental dos actuais sistemas fiscais**
- * **10.2. O pretexto (extrafiscal) para aumentar a carga fiscal**
- * **10.3. O risco de verdadeira duplicação do estado fiscal**

IV. Alguns casos de tributos ambientais

- * **11. O Imposto sobre Veículos**
- * **12. O Imposto Único de Circulação**
- * **13. Outros tributos**
 - taxa sobre lâmpadas
 - taxa p/ postos de combustíveis em propriedade privada
 - adicional para o Fundo Português do Carbono

Em conclusão

- ✿ 1. o Estado fiscal como a forma do Estado contemporâneo
- ✿ 2. a necessidade de articulação do direito tributário com o direito ambiental
- ✿ 3. os tributos como um instrumento da protecção ambiental
- ✿ 4. a natureza essencialmente fiscal dos tributos
- ✿ 5. o carácter limitado da solução fiscal em sede da tutela do ambiente